DOI: 10.5418/RA2015.1115.0012

UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DADENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE[1]

AN GEOGRAPHICAL APPROACH OF OIL PALM CULTUREIN THE BRAZILIAN AMAZON STATE OF PARÁ.

L´INTERPRÉTATION GEOGRAPHIQUE DE LA CULTURE DE PALM À HUILE DANS L´AMAZONIE À L´ÉTAT DU PARÁ

João Santos Nahum

Doutor em Geografia pela Unesp-Rio Claro. Docente na Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Rua Augusto Correa nº 01 – Campus Universitário do Guamá CEP 66.075-900 – Belém – Pará.
Tel: (+55 91) 3201–8194.
E-mail: prof.joaonahum@gmail.com

Cleison Bastos dos Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da Rede Pública Estadual de Ensino no Pará.
Rua Lauro Sodré, 869, Bairro Centro 68450-000. Moju (PA). Tel: (+55 91) 3756-1295.
E-mail: cleison.bastos@bol.com.br

RESUMO

Interpretamos geograficamente a dendeicultura na Amazônia paraense. Diferentemente das perspectivas que focam sua rentabilidade, partimos do território usado no sentido de aprofundar o debate. Concebemos essa atividade como evento que assinala um novo tempo na dinâmica territorial do espaço agrário no nordeste paraense. Desde então é possível identificarmos um período geográfico do dendê tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e empresariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra nas mãos de poucas empresas. Nos lugares sob a influência da dinâmica desse agronegócio vemos a subordinação do território usado às empresas surgir no horizonte traços de um campo sem camponês.

PALAVRAS-CHAVE: território, camponês, dendê, Amazônia, geografia.

ABSTRACT

Geographically interpret the palm culture in the Brazilian Amazon state of Pará. Unlike perspectives that focus on profitability, we leave the territory used to deepen the debate. We conceive this activity as an event that marks a new era in the territorial dynamics of agrarian space in northeast Pará. Since then it is possible to identify a geographic

[1] Artigo resultante do projeto de pesquisa "Dendeicultura, comunidades tradicionais e segurança alimentar na Amazônia paraense" e conta com auxílio financeiro do CNPQ, Edital 43/2013.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

period's palm made possible by a set of state and corporate political actions that allowed the formation of the palm territories and deepened the concentration of land in the hands of a few companies. In places under the influence of the dynamics of agribusiness see the subordination of the territory used for companies emerge on the horizon traces of a peasant without field.

PALAVRAS-CHAVE: territory, peasant, oilpalm, Amazon, geography.

RÉSUMÉ

Pour faire l´interprétation geographique de la culture de palm à huile dans l´Amazonie à l´État du Pará d´une perspective diférente de celles qui prennent le focus sur la rentabilité et pour approfondir ce débat, nous prennons comme référence le territoire utilisé pour cette activité. On conçoit cette culture comme un événement qui marque un temps dans la dynamique territoriale du espace agraire au Nord Est du Pará. D´après ceci il est possible identifier une période géographique de l´huile de palm devenu possible par un ensemble d´actions politiques étatiques et entreprenariales qui ont permit la formation de territoires de la palm a huile et ont approfondit la concentration de la terre sous le controle de peu d´entreprises. Dans les endroits sous l´influence de cet agrobusiness nous voyons la subordination du territoire utilisé et le surgissement d´un pays sans paysans.

MOTS-CLÉS: territoire, lepaysan, palmier à huile, l´Amazonie, géographie

INTRODUÇÃO

Na Amazônia paraense do início do século XXI a expansão da dendeicultura promove abordagens (Furlan Júnior *et al*, 2006; Castro, Lima, Silva, 2010; SUFRAMA/FGV, 2003; Silva, 2006; Semedo, 2010; EMBRAPA, 2006) que destacam as potencialidades econômicas da palma (*Elaeis guineensis Jacq*), diante de condições edafoclimáticas com diversos graus de aptidão, priorizam a produtividade e a rentabilidade sem considerar o impacto disso sobre os modos de vida dos lugares onde a monocultura se estabelece, tampouco sem analisar a subordinação do agricultor familiar à essa cadeia produtiva. Típica da economia regional tradicional,tal perspectiva concebe o espaço como área carente de investidores e investimentos, tão presente nos planos de desenvolvimento da Amazônia e reeditada no Zoneamento Agroecológico do Dendê (EMBRAPA, 2010), que reafirma a noção de área apta como espaço vazio.

Nosso ponto de partida, sendo geográfico, considera o território usado (GOTTMANN, 1973; SACK, 1986; SANTOS, SILVEIRA, 2001), pois tão importante quanto ressaltar as vantagens comparativas e competitivas em termos de rentabilidade econômica, balanço energético para biodiesel, geração de emprego, dentre outras, é perguntar quem usufrui desses recursos, ou seja, quem faz uso do território, como, porque e para quê (NAHUM, SANTOS, 2013; NAHUM, BASTOS, 2014). Entendemos que a categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado, "a partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política" (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.247).

Na Amazônia do período atual, estamos diante de usos desiguais e contraditórios do espaço envolvendo grandes projetos minerais, hidroelétricos, agropecuários, dentre outros, e povos e populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Neste caleidoscópio de tensões territoriais destacamos duas dinâmicas socioespaciais. Uma impulsionada pelas empresas dendeicultoras, que buscam inserir a renda da terrano fluxo do capital, tal como força produtiva que visa maior produtividade e rentabilidade por investimento em área. E aqueladas comunidades camponesas,que utilizam a terra para reprodução do seu modo de vida, para os quais a preocupação não é a acumulação do capital ou mesmo a rentabilidade em si da terra, pois se esta não é alcançada, muda-se de atividade e não de lugar.

Analisamos adendeicultura como evento que assinala um novo tempo na dinâmica territorial do espaço agrário no nordeste paraense. Desde então é possível identificarmos um período geográfico tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e em-

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

presariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra nas mãos de poucas empresas. Nos lugares subordinados à dinâmica desse agronegócio vemos surgir no horizonte traços de um campo sem camponês.

O texto expõe elaboraçõesfundadas em trabalhos de campo, realizado desde 2008, tendo sido o primeiro com a turma de geografia da Universidade Federal do Pará, nos dendezais da Marborges, no município de Moju. Expressam trabalho coletivo da equipe do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário(GDEA) pelos caminhos de Moju, Tomé-Açu, Acará, Tailândia, Concórdia do Pará, todos na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense.

ELEMENTOS DE UMA GEOGRAFIA DO DENDÊ

Concebemos a dendeicultura como um evento (Santos, 2006),que reorganiza a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica territorial. Evento geográfico construído por inúmeras intencionalidades sociais que introduzem na Amazônia novas temporalidades e espacialidades, configurando lugares como produtores de *commodities* negociáveis segundo os mercados mundiais. Neles reproduz-se dialeticamente intencionalidades locais, regionais, nacionais e globais;eles constituema propriedade emergente desses encontros e desencontros que subordinam o tempo, o trabalho e o lugar aos comandos e intenções do mundo.

O momento em que a empresa Biopalma prepara a configuração espacial para produzir em Tomé-Açu éprecedidode inúmeras ações criadores de condições e possibilidades desta realização. Elaborou-se um discurso competente (Chauí,1990) em torno da palma africana, representando seu cultivo como panaceia para geração de emprego e renda, contenção do êxodo rural, recuperação de áreas degradadas, numa espécie de pacto territorial envolvendo Estado, empresários, sindicatos, camponeses em prol do desenvolvimento rural, como se a dendeicultura fosse boa para todos.

O monocultivo foi gestado e produzido a partir deações anteriores ao plantio da primeira muda no período do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Podemos desvelar assim a anatomia de produção do espaço, remetendo-a às intencionalidades que abrangem pelo menos seis décadas do século XX. Compreendendo a chegada da palma na Amazônia, passando pela construção de acordos internacionais e elaboração de projetos piloto das primeiras plantações estatais apoiadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), seguido da incorporação das estataisdendeicultoras pelas privadas nacionais, e assim por diante, culminado nas tentativas de fazer biodiesel. Não se trata de acontecimento repentino.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Estamos diante de uma situação geográfica que contém o presente, o passado e o futuro (SILVEIRA, 1999). Senão vejamos, na década de 1950 a localidaderural da Forquilha, no município de Tomé-Açu, reproduz sua dinâmica socioespacial subordinada as limitações impostas pela precariedade nos sistemas técnicos e pelo acesso aos sistemas de transporte, comunicação e informação. Predominavam unidade familiares sustentadas no tripé terra, trabalho e família que ocuparam o lugar e trabalhavam sem o título de proprietário. A pluriatividade era comum, ritmada pelas estações do ano e os ciclos naturais-determinavam quando e onde se cultiva, extrai, produz e cria. O dinheiro ainda não era a mercadoria e valor de troca universal nas relações sociais (Marx, 2009), até então alicerçadas em solidariedade orgânica que edificavam o trabalho coletivo bem como delimitavam os espaços de bem comum para caça, roça, colheita e lazer, dentre outros. Os rendimentos familiares eram contabilizados por produtos.

A dinâmica socioespacial era fortemente marcada pela extração madeireira que era forte e aquecia o circuito inferior da economia (SANTOS, 2004a) da construção civil informal, tecendo longa cadeia de empregos diretos e indiretos no campo e na cidade. Sobre a terra amansada produziu-se o território usado pela pecuária, a lavoura branca, os pimentais, as fruticulturas, do qual emergem uma economia e as lideranças políticas locais. O patronato rural e seu poder local (FAORO,1991) exercia a função de provedor das demandas imediatas do povoado historicamente esquecido pelos gestores municipais, estaduais e federaispois nos planos, políticas e programas de desenvolvimento nacional e regional o campo é concebido como espaço onde se localiza o setor primário da economia que precisa de modernização e desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário implantar sistemas de energia, transporte, comunicação e informação, além de crédito e assistência produtiva.

A situação geográficaesboçada traz condições e possibilidades para emergência do cultivo da palma para o biodiesel, ainda que o lugar não tenha consciência disso. O espanto ocorre no desencontro do encontro (MARTINS, 1993), entre a comunidade da Forquilha e as empresas monocultoras, que parecem se estranhar e se desconhecem como se não tivessem relação alguma. Apesar disso, integram o mesmo processo, compõe uma condição socioespacial, consciente ou não disso. A reprodução da comunidade cria condições para a chegada da dendeicultura no lugar. Em 2010, quando a comitiva presidencial de Luis Inácio Lula da Silva inaugura em Tomé-Açu o Programa Sustentávelda Palma no estado do Pará materializa a saída da intencionalidade política do reino dos planos, programas e projetos, em suma do campo de poder discursivo para a dimensão espacial. A imprensa faz dapresença de Lula um acontecimento, masele anunciava um evento a partir do qual a microrregião não seriaigual, subordinada que estava às orientações dos mercados mundial de óleo vegetal.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Uma inauguração, portanto, não assinala o começo do evento. Este é produzido num feixe de relações relacionais, nas quais não se pode afirmar que a ação A causou o efeito B. Daí a ideia de geografia como ciência das relações relacionais, pois as interpretações alicerçadas na causalidade relacional edificam falsas certezas, semelhantes a dogmas de sujeitos autônomos, de verdades inquisitivas que apontam tal fábrica como responsável por tal efeito. É isso que nos permite relacionar situação geográfica e evento, sendo o território usado uma tentativa de apreendê-los.

No período anterior a monocultura, comunidades rurais dos municípios de Moju, Acará, Tailândia, Concórdia do Pará e Tomé-Açu, na microrregião de Tomé-Açu, singularizavam-se por um modo de vida envolvido consigo mesmo, onde as relações sociais que lhes sustentam e estruturam eram predominantemente construídas no entorno, alicerçadas em unidades familiares que cultivavam, produziam, criavam e extraíam do território o necessário para a reprodução de suas vidas; o dinheiro ainda não era o principal mediador das relações de trabalho, prevaleciam laços de solidariedade orgânica e organizacional que alicerçavam mutirões e troca de dias de trabalho. A terra não sereduzia a meio de produção e fonte de ganho econômico afastada da família e da cultura; ainda não se trata da lógica capitalista que extrai o máximo a menos tempo, subordinando a finalidade da terra à intencionalidade da reprodução ampliada do capital. Longe disso, permanece a unidade holística entre terra, trabalho e família. Estamos diante do que Woortmann (1990) conceitua por *campesinidade*, onde:

> Terra, trabalho, família e outras categorias culturais aqui consideradas se interpenetram e não podem ser consideradas separadamente. Pensar trabalho é pensar terra e família; pensar troca é pensar pai, uma vez que a troca se faz entre pais de família, enquanto pessoas morais, e não entre indivíduos. Não são pensadas separadamente porque são categorias de universo concebido holisticamente. Por outro lado, pelo menos no contexto deste meu trabalho, honra, reciprocidade e hierarquia também não se pensam separadamente; são conceitos teóricos que se interpenetram na constituição da ordem moral que chamo campesinidade (WOORTMANN, 1990, p. 63).

Este período se estende até a segunda metade do século XX, quando as políticas de integração nacional, desencadeadas a partir da chamada Operação Amazônia, abrem as fronteiras regionais para a reprodução do capital (NAHUM, 1999; NAHUM, 2013). Criam-se condições legais, financeiras e infraestruturais para os grandes eventos, consubstanciados nos grandes projetos hidroelétricos, minerais, madeireiros e agropecuários que reinventam a região como fronteira de recursos, espaço vazio atrativa de investidores (NAHUM, 2012). O estado configura-se como agente financiador e legitimador que viabiliza o território, isto é, a área e as dinâmicas sociais, para atenderem a interesses empresariais, cujos comandos e interesses localizam-se fora da região.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Na Amazônia a abertura de estradas e os incentivos fiscais concedidos pelo governo brasileiro estimularam a formação de grandes propriedades. Por essas vias transportaram-se pessoas e muitos componentes dos sistemas técnicos que edificaram Tucuruí, Carajás e Albrás/Alunorte, bem como escoam madeira, carvão e gado. Nas suas margens brotaram cidades do campo, agrovilas e muitos projetos de colonização emergiram (HÉBETTE, 2004). Seguindo a densidade, diversidade e intensidade do capital, a abertura de rodovias como BR 153, 158, BR 222, no sudeste paraense, PA 124, 127, 136,140, nordeste paraense, reinventaram municípios como Redenção, Santana do Araguaia, Marabá - São Geraldo do Araguaia, Dom Eliseu, Capanema, Igarapé-Açu, Castanhal, dentre outros, tornando-se a principal via de circulação, o que não acontece com municípios como Juruti e Santarém, no oeste paraense, cuja circulação de pessoas, bens e serviços ainda subordina-se ao tempo dos rios e dos transportes hidroviários.

As estradas também trouxeram conflitos e violência aos camponeses que há muitas gerações viviam no lugar, como no Mato Grosso, no Pará e no Maranhão. Basta lembrar "que entre 1964 e 1985, houve 1.106 mortos nos conflitos de terra, a maioria constituída de trabalhadores" (Martins, 1993, p.76). Na década de 1980, quando essa monocultura se estabelece às margens da PA-150, ainda não era política de estado, assume tal forma no início do século XXI com o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e do Programa da Palma, exigindo extensões de terra para formar um arranjo espacial composto de plantios com diferentes idades, áreas de expansão, de reserva, viveiros, estradas e a infraestrutura da agroindústria que, dentre outras, inclui um parque industrial, com máquinas, veículos, equipamentos e habitações para os recursos humanos.

Altera-se a dinâmica dos lugares. Em 2009, o simples disse me disseque antecedeu a chegada da BIOPALMA, da Petrobras Biocombustível, da ADM (Archer Daniels Midland Company) nos municípios de Moju, Acará, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará, fomentou especulação imobiliária, fluxos de capital e mão de obra, que independentemente de cultivarem a palma em área legalmente permitida ou mesmo em terra ilegal, desencadeiam impactos socioambientais. O lugar torna-se *des-envolvido*, subordinado e dependente a comandos distantes deonde a monocultura se desenvolve; assim, na poética militante de Porto-Gonçalves (2011, p. 39) "des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com o seu espaço, com o seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens(e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separá-los entre si, individualizando-os".

Na comunidade da Forquilha, em Tomé-Açu na PA-140, esse *des-envolvimento* plotou na configuração espacial motel, hotéis, postos de gasolina, supermercados, lojas de

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

eletrodomésticos, oficinas de mecânicas de automóveis e motos, dentre outras formas comuns a bairros urbanos. Tudo construído a partir da chegada da Biopalma para atender às demandas da mão de obra que trabalha nos campos da empresa. De comunidade camponesa, a Forquilha metamorfoseou-se em bairro rural que tem sua reprodução alicerçada no circuito inferior da economia criado em função da empresa.

Outro exemplo vem do município de Moju, onde as comunidades rurais próximas a MARBORGES que outrora eram camponesas, hoje são comunidades rurais sem camponeses, compostas fundamentalmente por assalariados rurais da empresa (Nahum, Bastos, 2014). Antes da expansão do dendê a terra, o trabalho e a família umbilicalmente associados constituem os sítios, como localmente se chamam as unidades produtivas camponesas que vivificavam as comunidades na Amazônia paraense, nos quais trabalho e vida são inseparáveis. Desde o período do dendê, a reprodução da existência dos lugares ficou profundamente dependente direta e indiretamente dos empreendimentos, de onde provem o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia. Em pesquisa de campo na empresa Marborges Agroindústria, nos dias 3, 4 e 5 de julho de 2013, no município de Moju entrevistamos 320 trabalhadores dos 800 empregados. Perguntamos: o trabalho na empresa é a principal fonte de renda de sua família? Para 297 entrevistados esse emprego constitui a principal fonte de renda.

Estamos diante de um período geográfico do dendê (CARVALHO, NAHUM, 2014). Devemos compreendê-lo a partir de um processo de reorganização da matriz energética europeia, que tem por meta desenvolver fontes alternativas às fósseis (ALTVATER, 2010; GIDDENS, 2010; HOUTART, 2010). A Comunidade Europeia (ou União Europeia) é a maior produtora mundial de biodiesel, e tem apresentado uma posição bastante firme na substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis, em sua matriz energética"(LIMA, CASTRO, 2010, p, 50). A divisão internacional do trabalho configura um circuito global de produção de matéria prima para o biodiesel, que tem na Ásia, África e América Latina áreas privilegiadas para isso.

No período atual o espaço agrário da Amazônia paraense se estrutura por meio de políticas de estado para a matriz energética, tais como promoção da agricultura de energia e no interior desta as espécies vegetais para o biodiesel. Políticas sistematizadas no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e no Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, que objetivam a implementação de forma sustentável a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Políticas que têm como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e supri-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mento; produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

Para tanto, o Estado produz legislação relativa ao biodiesel, tais como a Lei nº 11.097, de 13.01.2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; a Resolução CNPE 6 de 16.9.2009, que estabelece em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final (antecipação da mistura obrigatória); a Portaria nº 116, de 04.04.2013, que mostra as diretrizes específicas para a formação de estoques de biodiesel no país; a Resolução ANP nº 33, de 30.10.2007, que dispõe sobre os leilões ANP para aquisição do biodiesel necessário para a mistura obrigatória; o Decreto nº 5.297, de 06.12.2004, que Institui o Selo Combustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel;Resolução ANP nº 50, de 23.12.2013, que especificação diesel para uso rodoviário e a Resolução ANP nº 2, de 12.01.2011 sobre a especificação B6 a B20 para uso experimental.

No Brasil, o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma indica o cultivo de palma africana para produção de biodiesel. Atrai assim empresas como a BIOPALMA, a PETROBRAS Biocombustível, ADM (Archer Daniels Midland). Processo precedido pelo aquecimento no mercado de terras,áreas antropizadasnos municípios da mesorregião do Nordeste Paraense, pois segundo o Art. 4º do Programa "Fica vedada, a partir da vigência desta Lei, a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo". Segundo o decreto 7.172 de 07 de maio de 2010, nos municípios da microrregião Tomé-Açu encontramos áreas preferencias e regulares para o cultivo do dendê, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Área para cultivo do dendê na microrregião de Tomé-Açu

Municípios	Área para cultivo (hectare)	
	Preferencial	Regular
Acará	209.028,96	367.265,16
Concórdia do Pará	30.288,60	38.830,32
Moju	155.803,32	245.466,36
Tailândia	0	194.526,36
Tomé-Açu	0	279.123,48
TOTAL	395.120,88	112.5211,68

Fonte: Anexo do decreto 7.172 de 07 de maio de 2010, organizados pelos autores.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O decreto aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo,

> considerando-se basicamente o cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendê, conferindo-se ênfase na interação entre solo e clima. Para avaliar a aptidão das terras para essa cultura, os fatores limitativos dos solos considerados representativos das condições agrícolas das terras são deficiência de fertilidade natural, deficiência de água, excesso de água e riscos de inundação, susceptibilidade à erosão, impedimentos ao desenvolvimento radicular, e impedimento à mecanização. (BRASIL, 2010, Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010.)

Teoricamente seriam áreas antropizadas, pois a microrregião conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana (Homma, Menezes, Moraes, 2014; Rebello, Santos, Homma, 2006). A extração de madeira, pecuária extensiva, a cultura da pimenta, da mandioca, a policultura de frutas possibilitou aos municípios da microrregião ter um PIB composto por fortes setores agropecuárioe de serviços e um fraco setor industrial, somados aos impostos e fundo de participação municipal (Tabela 2).

Tabela 2-Composição do PIB dos municípios da microrregião de Tomé-Açu- ano 2012(mil/reais)

	Acará	Concórdia	Moju	Tailândia	Tomé-Açu
Impostos	9.305	7.029	54.288	54.415	21.411
PIB	280.301	146.684	444.619	426.736	343.622
PIB per capita	5.211,31	5.004,05	6.124,48	4.992,94	5.933,32
Valor da agropecuária	81.065	23.738	48.853	52.596	61.991
Valor da indústria	22.679	16.588	52.776	75.114	46.923
Valor dos serviços	167.251	99.329	288.701	244.612	213.297

Fonte: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Organizados pelos autores.

O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma atrai empresas para o espaço agrário regional. Estas passam a disputar terra e força de trabalho coma pecuária, a fruticultura, o cultivo da pimenta, a atividade madeira. Antes do Programa o Grupo Agropalmahegemonizavao cultivo na microrregião de Tomé-Açu e seus produtos destinavam-se à indústria de alimentos. Desde então, assumindo estilo de discurso consensual, capaz de formar redes de solidariedades orgânica e organizacional entre agronegócio de energia e trabalhadores rurais, o cultivo também é promovido por empresas como BIOPALMA, Petrobrás biocombustível, a portuguesa GALP Energia, a multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company) dentre outras se estabelecem na região.

Neste período aprofunda-se a *concentração de terra*. Assunto quase esquecido, silenciado e sufocado pelo discurso do desenvolvimento territorial rural, da geração de empre-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

go e renda, da inclusão social, da recuperação de áreas degradadas pela pecuária. Na contabilidade das vantagens comparativas a concentração de terra aparece como um mal necessário e menor. O agronegócio do biodiesel expõe a concentração e a centralização de terra em poucas empresas. A meta da Biopalma é 80 mil hectares de plantio, partindo do pressuposto que ele deve considerar50 por cento de reserva isso significa que então ela almeja possuir 160 mil/ha (BASA, 2012).

No estado do Pará conhecemos quatro caminhos pelos quais as empresas adquirem terra e plantam a palma: compra, arrendamento, associação com produtor familiar e aquisição da produção de produtores particulares. Em se tratando de compra estas áreas são predominantemente, mas não somente, antropizadas inicialmente extração de madeira, precursora da pecuária extensiva e de fazenda que tem na renda da terra seu principal instrumento de valorização.

Considerando as informações do Cadastro Ambiental Rural das propriedades em nome da empresa, concluímos que ela está próxima de alcançar essa meta (tabela 3).O Cadastro Ambiental Rural da Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará, nos permitiu, verificar também, os dados da propriedade, ou seja, se o imóvel rural adquirido pela empresa Biopalma é uma fazenda, propriedade particular ou um sítio. Segundo o CAR das 111 propriedades presentes na tabela 3, 92 são declaradas fazendas; 10 sítios e 9 propriedades particulares. Mostrando que a expansão da dendeicultura no nordeste paraense promove mudanças no uso da terra e, por conseguinte, nas formas de trabalho.

Tabela 3- Propriedades da Biopalma na macrorregião do Nordeste Paraense

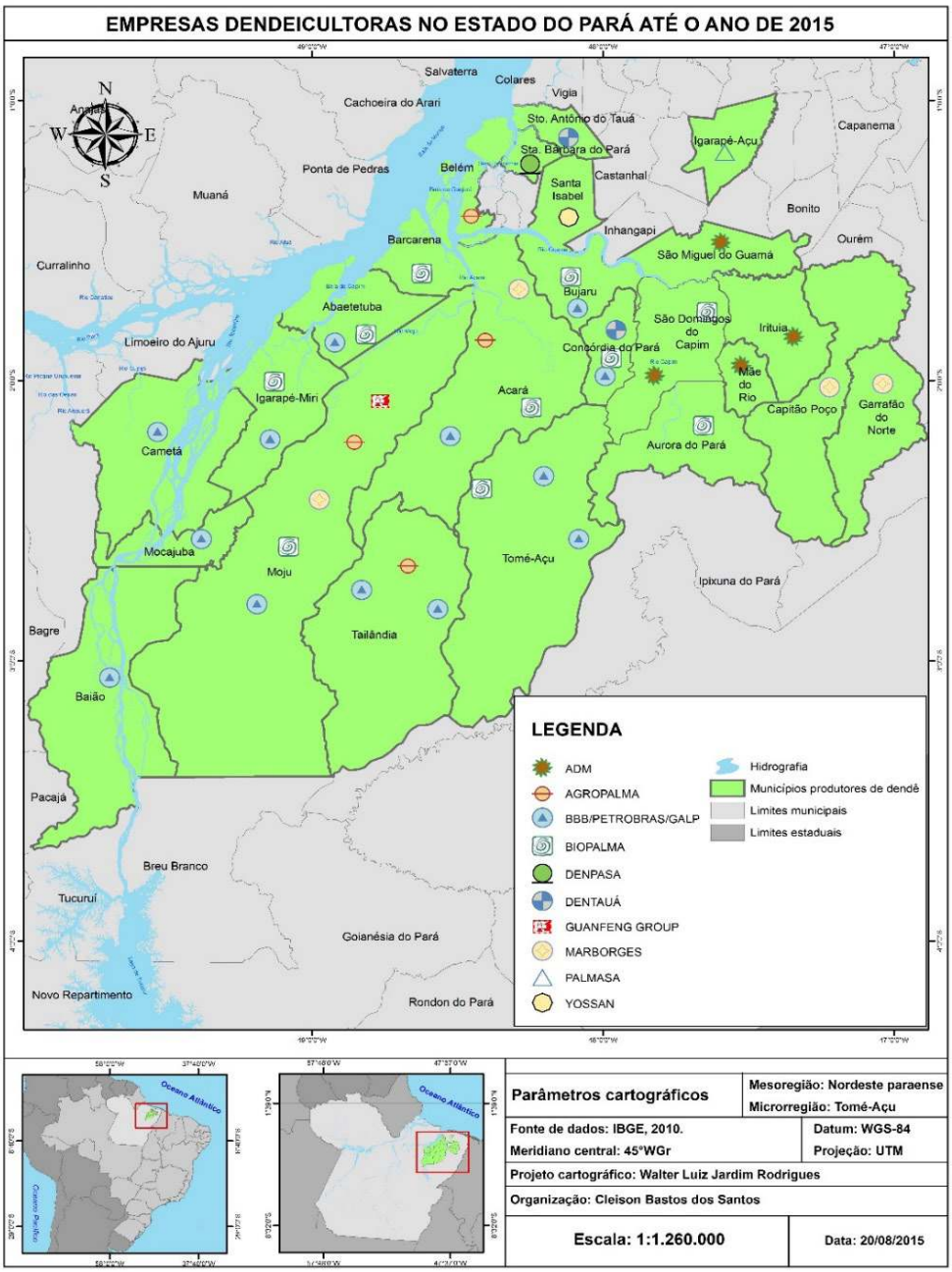
Municípios	Nº de Propriedades	Area (hectares)	CAR	
			Definitiva	Provisório
Abaetetuba	17	8.229,9608	3	14
Acará	36	45.635,5994	1	35
Concórdia do Pará	14	11. 235,9192	0	14
Moju	11	25.634,2023	1	10
São Domingos do Capim	6	283,5440	0	6
Tomé-Açu	24	48.321, 6577	0	24
Tailândia	2	2.500,5547	0	2
Bujaru	1	557,9696	0	1
8 municípios	111	142.399,4077	5	106

Fonte:http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm.Dados organizados pelos autores.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Formam-se territórios do dendê possibilitados por políticas estatais associadas aos interesses empresariais (Nahum, Santos, 2013). Os territórios-rede(Haesbaert, 2004) construídos pela Biopalma, Archer Daniels Midland (ADM), Agropalma, Denpasa, Dentaua, Marborges, Yossan, GuanfengGroup, Belém Bioenergia Brasil (BBB)/PETROBRAS Biocombustível/GALP e Palmasa articulam-se por meio de um conjunto de rodovias, pontes e portos, emergindo a região do dendê na Amazônia paraense, cujo cenário em junho de 2015 é representado na Figura 1.

Figura 1 – Empresas dendeiculturas do Estado do Pará até o ano de 2015



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Distribuem-se pela macrorregião do Nordeste Paraense, singularizando-se pela descontinuidade, espalhados pelo arranjo espacial do estado, onde cada campo constitui um ponto na rede, unificados por um comando exógeno. O tamanho e quantidade dos pontos dependem da envergadura e natureza do capital acionado para transformar extensas terras, assim nem toda empresa tem condições políticas, econômicas e espaciais para construir seu território-rede.

Nos lugares onde temos unidades familiares produzindo dendê associadas as empresas *desencadeia-se a subordinação do território ao capital*. Nestas unidades os agricultores não perdem a propriedade jurídica da terra, tampouco as pessoas se tornam assalariados. Continuam proprietários da terra enquanto meio de produção e força produtiva e sua força de trabalho não é vendida à empresa. Porém, os usos da terra e do trabalho não são organizados pelas demandas familiares dentro da equação trabalho versus necessidade. Desde que associadas a dendeicultura, o tempo, a terra e o trabalho familiares são ritmadas pelas empresas; a terra, por meio de contratos entre partes juridicamente iguais e em comum acordo, transformou-se em território usado para monocultura. Igualmente a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comandada e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana. No contrato celebrado pela Petrobrás Biocombustível em 2012 com agricultores no município de Baião, lemos:

CLÁUSULA TERCEIRA – ENCARGOS

3.1 – São encargos da PBIO:

3.1.2. Preparar a área, fornecer mudas e insumos e apoiar o plantio na área do agricultor, utilizando as práticas comerciais usuais, sem ressarcimento destes custos;

(...)

3.1.3. O pagamento ao agricultor familiar de 1 (um) salário mínimo regional a título de ajuda de custo para o desenvolvimento do presente Termo de Cooperação até o 4 (quarto) ano do cultivo;

3.1.4. Prestar assistência técnica ao agricultor familiar ao longo de todo o Termo de Cooperação;

3.1.5. Capacitar o agricultor familiar no trato da cultura do dendê;

(...)

3.2 – São encargos do agricultor familiar:

3.2.1. A responsabilidade técnica e operacional pela manutenção das condições legais da sua propriedade (matriculas em cartório, licenças, cadastros e afins), de forma a permitir a consecução do objeto deste Termo de Cooperação, incluindo o endividamento de esforços para a regularização de sua posse e quitação de dívidas que impossibilitem a obtenção de credito, fomento oficial, benefícios fiscais e demais facilidades para o cultivo do dendê;

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> 3.2.2. Aplicar os recursos repassados pela PBIO exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Termo de Cooperação e de acordo com o Plano de Trabalho (Anexo 1);
>
> 3.2.3. Informar a PBIO sobre eventuais mudanças com relação à propriedade da área objeto de estudo, pelo menos 30 dias antes da respectiva alteração da relação de propriedade;
>
> 3.2.4. Não alienar a propriedade objeto de estudo sem autorização expressa da PBIO.
>
> (...)
>
> 3.2.6. Realizar a parte que lhe cabe do plantio, na forma definida no Plano de Trabalho.
>
> 3.2.7. Arcar com os custos de mão-de-obra, após a fase de plantio, necessários ao bom desenvolvimento da cultura, colheita de Cachos e sua entrega a PBIO, em ponto de coleta divulgado pela PBIO, que estará localizado em até 12 (doze) quilômetros de sua propriedade;
>
> (...)
>
> 5.1. O prazo de vigência deste Termo de Cooperação será de 7 (sete) anos, ponto de estabilização de produção, a contar da assinatura do documento, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, a ser firmado pelos PARTÍCIPES (PETROBÁS Biocombustível, 2012).

Tais unidades distam no máximo 50 quilômetros da agroindústria de processamento, de modo que o cacho de fruto fresco colhido diariamente não demore 24 horas para ser processado, caso contrário perde em qualidade. Tempo e espaço são variáveis determinantes na inclusão produtiva das unidades familiares. Para driblar essas instâncias da existência humana, os empreendimentos constroem os territórios-rede, de modo a permitir que nos vários quadrantes do nordeste paraense unidades familiares associem-se aos Programas de Agricultura Familiar. Considerando-se os números do BASA acerca das operações e área financiada para agricultura familiar para cultivo da palma, as metas de inclusão social de unidades familiares ainda estão demasiadamente distantes. Segundo os dados do BASA os contratos do PRONAF-ECO no intervalo de 2005 a 2009 abrangiam os municípios de Moju, com 248 contratos, e Tomé-Açu 1, contrato; no período de 2010 a 31/07/2014 os contratos estendem-se a 18 municípios e 1608 contratos, como ilustra a Tabela 4.

Tabela 4- Evolução dos Contratos do PRONAF-ECO no Pará- 2005 a 07/2014.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Abaetetuba			0					1		
Acará			0			2	1	41	30	10
Aurora do Pará			0					2	4	
Baião			0					1	3	
Bujaru			0			4		1	6	
Cametá			0					3	8	
Castanhal			0					1		

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Capitão Poço			0						9	
Concórdia do Pará			0			8		16	13	3
Garrafão do Norte			0				19	1	24	24
Igarapé-Açu			0				3		1	
Irituia			0					11	82	
Mae do rio			0						2	
Mocajuba			0					1	7	
Moju	50	64	0	134	8	43	22	109	145	127
São Domingos do Capim			0			6		142	68	3
Tailândia			0					94	43	14
Tomé-Açu			0	1		19	42	84	48	

Fonte: GESOP-COASC (Sistema CONTROPER). Base 31/07/2014. Organizado pelos autores.

Empresários do setor explicam que os altos índices de inadimplência, a ausência de arranjos institucionais locais junto às prefeituras, a inexistência de capital social camponês, o grande hiato entre o número de famílias cadastradas no diagnóstico territorial participativo e àquelas aptas ao programa de agricultura familiar ajudam a entender o cenário acima. Este contingente é pequeno comparado a quantidade de trabalhadores individuais. Mas é importante componente do discurso de responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado as empresas do ramo.

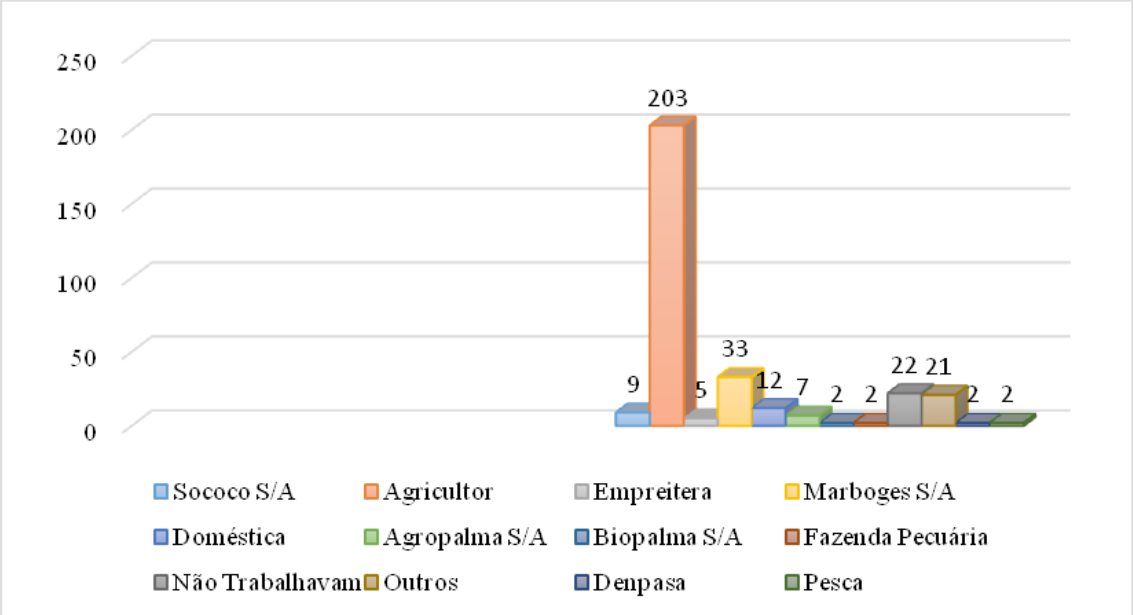
Impulsionado pelo biodiesel, no atual período esse cultivo é um grande projeto agroindustrial, um enclave territorial de agroenergia, com as mesmas bases tradicionais dos que aportaram na região, sustentados por ações políticas estatais e ressaltando as vantagens técnicas, competitivas e econômicas; agora propondo a reinvenção da Amazônia como fronteira da agricultura de energia. Tal como os grandes projetos de produção e exploração mineral, agropecuário e energético da década de 1970 e 1980, a dendeiculturaresignifica os lugares onde aporta, pois seu tamanho e metas exigem quantidades crescentes de terra e força de trabalho. Tem alto poder de atração de mão de obra para execução de atividades que exigem esforço físico constante. Empresas disponibilizam transporte para deslocamento de trabalhadores até os campos, atraindo mão de obra de todos os quadrantes do estado e da região. Assim, em fevereiro de 2013 entrevistamos pessoas que tem famí-

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

lia em Nova Esperança do Piriá, mas trabalham a mais de 400 quilômetros nos campos da BIOPALMA/VALE no Moju. Visitam seus lares só nas férias.

O raio de ação da BIOPALMA, Petrobras Biocombustível e ADM é regional. Atraem força de trabalho de todos os quadrantes do estado do Pará, sobretudo da macrorregião do nordeste paraense, e do Maranhão e Piauí, dentre outros. Trata-se, predominantemente de trabalhadores cuja trajetória de vida passou várias vezes pelo campo, quer trabalhando em sua propriedade ou em de terceiros, desenvolvendo atividades que exigem baixa escolaridade e muito vigor físico. Constatamos isso durante o trabalho de campo no município de Moju, na empresa MARBORGES, quando perguntamos a 320 trabalhadores de campo, quais foram as suas três últimas ocupações antes de trabalhar na Marborges (Figura 2).

Figura 2 - Três últimas ocupações/empresas- dados 2013



Fonte: trabalho de campo GDEA, 2013.

Os dados indicam um movimento dedescampesinização, mostram percentual considerável de outrora agricultores que hoje trabalham na Marborges. Mas não asseguram que o trabalho nos campos e na agroindústria da oleaginosa quefoi o que lhes atraiu; não induz a afirmar que a segurança salarial oferecida pelas empresas dendeicultoras atrai os agricultores tradicionais. O processo é mais complicado. De fato, é a ausência de política de estado para as comunidades camponesas, que desencadeia a descampesinização, redirecionando-o para reprodução de um modo de vida que não é o seu. Senão,vejamos, o campesinato da Amazônia paraense não dispõe de alternativa produtiva com o mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa ao dendê. Nenhuma linha do PRO-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

NAF recebe tanto apoio e incentivo do Estado e do capital quanto o PRONAF ECO, sobretudo no que se refere a garantia de compra do produto a preço de mercado e monitoramento de todas as fases do processo produtivo, a começar pelo piqueteamento da área, treinamento para coleta e mesmo carregamento da produção até a agroindústria. Mesmo as organizações representativas dos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais carecem de propostas alternativas àsubordinação dos camponeses às empresas. Movimentam-se no mesmo campo político que reivindica a inclusão da agricultura familiar nos projetos empresariais como única política de estado para o meio rural. Portanto, assistimos, isto sim, a continuidade de um longo processo de formação de um campo sem camponeses, lentamente gestado por um Estado que nunca propôs política agrária que primasse pela reprodução do modo de vida do campesinato tradicional.

As políticas agrárias propostas até aqui são desenvolvimentistas e produtivistas, concebem o campo como um espaço econômico, um espaço para produção e não um espaço para viver, um exemplo é o PRONAF cuja meta é transformar o camponês em empreendedor rural. Provavelmente isso explica o êxodo rural, pois os usos do espaço agrário são viabilizados para a reprodução do capital, que se apropria de territórios historicamente usados por comunidades e campesinato tradicionais, que mantem com a terra uma relação de pertencimento, berço onde cultivam, criam, extraem e produzem as condições necessárias à produção de seu gênero de vida.

Camponeses buscam nas empresas emprego e renda, colocando as atividades de produção, criação, extração e cultivo na unidade produtiva familiar em segundo plano ou mesmo abandonando-as, emergindo um campo onde o trabalho na terra tornou-se sinônimo de emprego e as relações sociais mediadas predominantemente pelo dinheiro. Antes, na produção do espaço rural imperava o circuito onde a economia camponesa produzia mercadorias para vender no mercado e comprar o que precisava. Agora o dinheiro não provêm da produção camponesa, mas fundamentalmente do assalariamento rural, da venda de dendê produzido pelos agricultores familiares associados e dos programas de bolsa família, bem como aposentadoria rural e remessa de recursos de familiares. Esse movimento acentua processos anteriormente existentes nestes espaços rurais tais como a crise na produção familiar de alimentos, envelhecimento do agricultor familiar, enfraquecimento da pluriatividade no campo, dependência e subordinação dos lugares à dinâmica das empresas, enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas pela reforma agrária, dentre outros que são objeto de investigação, análise e interpretação da geografia agrária e dos movimentos sociais. Foge aos limites deste texto elucidar como, porque, quando e onde a dendeicultura aprofunda tais processos.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A dendeicultura reorganiza as paisagens de Moju, Acará, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará que passam a ser marcadas por densas e monótonas monoculturas de dendê, alteram-se a configuração territorial, pavimentam-se estradas e ramais que permitem a entrada e a saída da produção; modifica-se também a dinâmica social, proliferando o assalariamento rural na monocultura (NAHUM; MALCHER, 2012).Os lugares sentem o impacto da associação de unidades familiares às empresas. Muda-sea relação com o território, quem antes era o quadro da vida, usado para reprodução camponesa, isto é, satisfação de sua condição de existência, hoje profundamente dependente da associação com as empresas, de onde provem o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia.

Aqui não vai nenhum saudosismo, visão edênica de camponês bom selvagem, mas tão somente uma crítica à reprodução da crença no cultivo da oleaginosa para biodiesel como única política de estado para os camponeses, tentando transformá-lo em empreendedor rural, desconsiderando seu modo de vida e relações com os recursos naturais, como se o campo fosse apenas um espaço produtivo e não um espaço de vida.Portanto, sustentamos que nos lugares onde a monocultura se estabelece forma-se *um campo sem camponeses, mas povoado por assalariados rurais.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fronteira Amazônia do início do século XXI o cultivo da palma pede uma análise geográfica, cujos traços esboçamos neste texto. Focar na dimensão espacial da sociedade proporciona uma visão da totalidade dos processos, permitindo que se avalie as atividades produtivas para além de sua rentabilidade e produtividade, desvendando metamorfoses da renda da terra em capital por meio da dendeicultura. Ajuda-nos a entender que a geração de emprego e a inclusão de agricultores familiares é um caminho para o desenvolvimento rural, mas não pode ser o único. Sobretudo mostra-nos que as externalidades econômicas são eufemismo para os riscos e impactos socioespaciais inerentes as monoculturas, são o preço da riqueza.

A tarefa primordial é compreender a expansão da dendeicultura à luz de categoria, conceitos, teoria e métodos, isto é, analisá-la geograficamente. E neste aspecto temos muito trabalho pela frente. Certamente o diálogo entre saberes é o primeiro passo, com a necessária crítica as perspectivas paradigmáticas instrumentais e tradicionais que hegemonizam o pensamento nas ciências humanas a partir da chamada modernidade. Nesta a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Terra não é a grande mãe, condição e possibilidade da vida, mas força produtiva e meio de produção. A única manifestação de vida admitida é humana, desde que a maioria seja reduzida à força de trabalho produtiva; bem como somente a esta espécie cabe um direito humano (Ferry, 2009).Tendo isso por fundamento edifica-se a noção de campo enquanto área de produção carente de investidores e investimentos e a proposição de agricultor familiar como homem econômico, cuja ação é pragmaticamente orientada para autopromoção e lucro.

De imediato uma dificuldade emerge, pensar tais processos considerando a área e os usos compondo a totalidade em constante mutação, incompreendida endogenamente. Isto é, o desafio de pensar a parte e o todo não como relação de causal, mas como integrantes da teia relacional do mundo. Edificar um pensamento relacional é necessário para entender a ressignificação dos lugares a partir de sua posição na situação geográfica global. Certamente todos os lugares integram a totalidade, mas o como eopara que são definidos no plano da política e da densidade técnica mediadas pelos atores hegemônicos globais, nacionais, regionais e locais (SANTOS, 2005; SANTOS, 2008). É no tecido dessas relações que compreendemos a formação de territórios e região do dendê no nordeste paraense.

O que nos leva a outro trabalho, não menor, que é considerar as diversas temporalidades e espacialidades reproduzidas no lugar. Categorias e conceitos tais como evento, período, território usado presidem, sustentam e estruturam nossa análise, tributária uma teoria do espaço social, que contempla natureza, cultura e sociedade. Tal sistema conceitual segue a pista deixada por (Santos, 2006) numa passagem convidativa à construção de uma teoria geográfica do evento. Trata-se de um convite à filosofia, sintoma dafragilidade epistemológica e filosófica da geografia denunciadas por (SANTOS, 2004b). Talvez fruto de uma leitura apressada das Teses Sobre Feuerbach (MARX, ENGELS, 2007), a partir da qual a geografia brasileira se preocupa com a atualidade de seu repertório temático, bem como especializa-se na abordagem crítica dos mesmos. Mas padece de consistência analítica, fruto da pouca reflexão acerca das mediações entre as coisas da lógica e a lógica das coisas, agindo como se a adoção de conceitos, teorias e pensadores fosse suficiente para fortalecer o pensamento geográfico. Assim a cada estação surge um dicionário conceitual importado e com ele um rosário de teorias sem que isso se traduza em consistência e coerência geográficas. Mas isso é tarefa para outro texto.

O espaço agrário contém múltiplas possibilidades, sobretudo se concebido numa perspectiva territorial, consideradas a configuração espacial e as dinâmicas sociais que usam o espaço, territorializando ações. Espaço caracterizado pelo uso da terra por diferentes e divergentes grupos e classes sociais, uns concebendo-o eminentemente como setor pro-

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

dutivo da economia, outros como lugar singularizado por seu modo de vida, o campo é palco, produto e condicionante de lutas entre classes sociais para territorializar seus interesses, isto é, seus usos do território.

Em se tratando do espaço amazônico paraense, desconfiamos do *boom* do dendê que promete sustentabilidade ambiental, rentabilidade econômica, inclusão social de agricultores familiares, soberania e segurança energética e alimentar, sem que se esclareça para quem e como. Trata-se isto sim de mais um capítulo da economia regional da Amazônia, onde as virtudes de um produto (drogas do sertão, borracha, manganês, ferro, bauxita, energia, gado) mostraram-se insuficientes para assegurar espaços menos desiguais e mais justos. Forma-se isto sim verdadeiros processos de des-envolvimento de comunidades rurais, campos descampesinizados, espaços mais e mais esquizofrênicos, posto que organizados segundo comandos exógenos e não daqueles que cotidianamente os vivem.

A dendeicultura não é a solução, nem é a causa dos males que afligem o espaço agrário nas áreas antropizadas. É preciso superar a tradição política que subordina o desenvolvimento da Amazônia à ascensão e queda de um produto no mercado mundial, que deposita todas as esperanças ou mesmo amaldiçoa determinado produto; política que se regozija ao dizer "nossos minérios", "nossa floresta", "nossas riquezas" ou mesmo que repete o mito do desenvolvimento em muitos adjetivos, regional, sustentável, territorial, participativo. Sempre mais do mesmo. Esquecendo-se de perguntar quem usufrui das riquezas, sejam elas essências florestais, borracha, madeira, minérios, energia hidroelétrica e dendê. Dendê para quem? Dendê por quê? Dendê para quê?

Portanto, é preciso perguntar quem ganha com a dendeicultura, pois tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê, faz-se necessário refletir sobre quem usufrui dos dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra e se beneficia do território; refletir sobre os impactos no modo de vida do lugar onde o agronegócio do dendê se implanta e expande. Perguntas que exigem um pensar geográfico manifestado nas linhas aqui interrompidas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

REFERÊNCIAS

1. ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos. Uma crítica radical do capitalismo.** Rio de Janeiro:Civilização Brasileira. 2010.
2. BASA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **RevistaContexto Amazônico**. Ano 5, n. 22.2012.Disponível em:<http://bancoamazonia.com.br>. Acessado: 02/07/2015.
3. BRASIL. **Decreto nº. 7.172, de 7 de maio de 2010**. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. Brasília/DF, 07/05/2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm. Acessado em 17/11/2010.
4. CARVALHO, A. C. A. de C; NAHUM, J. S.Período do dendê na Amazônia paraense. In: NAHUM, J. S. (Org.).**Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**Belém: GAPTA/UFPA. 2014. pp.13-44.
5. CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V; SILVA, J. F. V. **Complexo Agroindustrial de Biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas.** Brasília: Embrapa Agroenergia. 2010.
6. CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo, Editora Cortez. 1990.
7. EMBRAPA.**Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do dendê no Pará**. Belém: Embrapa.2006.Disponível em: <>.Acessado:02/07/2015.
8. EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia legal.** Rio de Janeiro: Embrapa. 2010.
9. FAORO, R. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 9ª Ed. São Paulo: Editora Globo. 1991.
10. FERRY, L. **A nova ordem ecológica.** A árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: DIFEL. 2009.
11. FURLAN, JÚNIOR et al. **Biodiesel.Porque tem que ser dendê**. Belém: EMBRAPA/PALMASA. 2006.
12. GIDDENS, A.**A política da mudança climática.** Rio de Janeiro: Zahar Editora. 2010.
13. GOTTMANN, J.**The Significance of Territory**. The University Press of Virginia: Charlottesville.1973.
14. HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
15. HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento**. (Vol I). Belém: EDUFPA, 2004.
16. HOUTART, F.**A agroenergia. Solução para o clima ou saída da crise para o capital?**Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

17. LIMA, S.M.V, CASTRO, A.M. G de. Agronegócio do biodiesel e suas matérias primas. In:CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V; SILVA, J. F. V.(Org.). **Complexo Agroindustrial de Biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas**, Brasília:Embrapa Agroenergia. 2010. pp.47-112.

18. HOMMA, A. K. O; MENEZES, A. J. E. A; MORAES, A. J. G. Dinâmica econômica, tecnologia e pequena produção. O caso da Amazônia. In:BUAINAIN, A. M. et al.**O mundo rural no Brasil do século 21**. Embrapa. Brasília, DF. 2014.pp. 981-1010.

19. MARTINS, J de. S.**A Chegada do estanho.**São Paulo: Editora HUCITEC. 1993.

20. MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009.

21. MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007.

22. NAHUM, João Santos. **A Amazônia dos PDAs : uma palavra mágica?**,87 f.(Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Pará, Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém (PA), 1999.

23. NAHUM, J. S. **Região e representação: a Amazônia nos planos de Desenvolvimento**. Belém : Editora Açai. 2013.

24. NAHUM, J. S.Região e representação: a Amazônia nos planos de Desenvolvimento.**Biblio3W revista bibliográfica de geografía y cienciassociales.** Vol. XVII, nº 985, Universidad de Barcelona.Disponível em:<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>.2012.Acessado em 02/07/2012.

25. NAHUM, J. S; BASTOS, C. S. Dendeiculturae descampesinização na Amazônia paraense". **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014.Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1113>. Acessado em 10/07/2014.

26. NAHUM, J. S; SANTOS, C. B.Impactos socioambientais da dendeiculturaemComunidades tradicionais na Amazônia paraense.**ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp.Geografia Agrária**.2013.Disponível em:<http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/issue/view/117/showToc>. Acessado em 02/07/2013.

27. NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins [Online]**, 16. 2012. Disponível em: http://confins.revues.org/7947?lang=pt . 2012. Acessado em 02/07/2015.

28. **PETROBRÁS Biocombustível.**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. E [*UM AGRICULTOR FAMILIAR*], PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DA PALMA DE ÓLEO EM NÍVEL DE AGRICULTURA FAMILIAR.Belém, 03 de maio de 2012.

29. PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Record. 2011.

30. REBELLO, F. K; SANTOS, M. A. S. dos; HOMMA, A. K. O.Modernização da agricultura nos Municípios do nordeste paraense: determinantes e hierarquização no ano de 2006. In: **Revista de economia e agronegócio**, VOL.9, Nº 2. 2006. Disponível em <http://www.novoscursos.ufv.br/projetos/ufv/rea/www/wpcontent/uploads/Artigo3_V9N2.pdf>.Acessado em 02/07/201.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

31. SACK, R. D. **Human Territoriality.Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press.1986.

32. SANTOS, M. **O Espaço Dividido.** São Paulo: Edusp. 2004a.

33. SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp. 2004b.

34. SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp. 2005.

35. SANTOS, M.**A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo:Edusp. 2006.

36. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Edusp. 2008

37. SANTOS, M; SILVEIRA, M. L.**O Brasil. Território e sociedade no início do séculoXXI.** São Paulo: Editora Record. 2001.

38. SEMEDO, I.**O mercado de energia renovável: viabilidade econômica do DENDÊ na agriculturafamiliar do Baixo Sul-Bahia.**(Dissertação de Mestrado em Economia). Universidade Federal daBahia, Salvador.2010.Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8913/1/Isidoro%2520Semedo%2520seg.pdf>. Acessado em 02/07/2015.

39. SILVA, J. S de.**Produtividade de óleo de palma na cultura do DENDÊ na Amazôniaoriental: influência do clima e do material genético.**(Dissertação de Mestrado em Fitotecnia) do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa. 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2007-02-07T122314Z-346/Publico/texto%20completo.pdf.>. Acessado em 02/07/2015.

40. SILVEIRA, M.L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, nº 6, jan/jul. 1999.Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_3_silveira.pdf>. Acessado em 02/07/2015.

41. SUFRAMA/FGV. **Potencialidades regionais. Estudo da viabilidade econômica do DENDÊ.** Manaus. 2003. Disponível em: <>. Acessado em 02/07/201.

42. WOORTMANN, K. (1990). Com parente não se negocia. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Editora Universidade de Brasília. Tempo Brasileiro.1990. Disponível em:<http://mstemdados.org/sites/default/files/Com%20parente%20n%C3%A3o%20se%20neguceia%20In%20Anu%C3%A1rio%20Antropol%C3%B3gico%20-%20WOORTMANN,%20K.pdf>.Acessado em 02/07/2001.

Artigo recebido em 10 de julho de 2015.
Artigo aceito em 12 de agosto de 2015.